

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 Dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base pra opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº “3.a.” a prática contábil da administração quanto aos itens do ativo imobilizado é de que sejam depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado já disponíveis para uso, no entanto, a Administração não havia concluído os controles necessários para segregação e início da depreciação, permanecendo apresentados como Imobilizado em Andamento, conforme Nota Explicativa nº 8. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, não nos foi possível determinar o montante daqueles bens que estavam disponíveis para uso, para fins de apresentação em Nota Explicativa, bem como as respectivas depreciações a serem registradas a crédito do ativo imobilizado e a débito de despesas com depreciação, no resultado do exercício.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Linhares de Oliveira
Contador CRC MG-086685/O-8

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.023	4.518	Financiamentos	9	4.007	53.045
Contas a receber	5	1.072	125	Fornecedores a pagar		2.158	999
Estoques		48	48	Encargos tributários		81	73
Despesas antecipadas	6	1.694	-	Encargos trabalhistas		242	211
Outros ativos		130	130	Retenções contratuais		479	833
Total do ativo circulante		11.967	4.821	Total do passivo circulante		6.967	55.161
Impostos a recuperar	11	528	-	Outras Contas a pagar		1.050	-
Outras contas a receber	7	1.906	1.906	Debêntures	9	10.773	-
Total do ativo realizável a longo prazo		2.434	1.906	Financiamentos	9	31.634	-
Imobilizado	8	107.606	100.294	Total do passivo não circulante		43.457	-
Total do ativo não circulante		110.040	102.200	Patrimônio líquido	12		
Total do ativo		122.007	107.021	Capital social		72.412	53.412
				Prejuízos acumulados		(829)	(1.552)
				Total do patrimônio líquido		71.583	51.860
				Total do passivo e patrimônio líquido		122.007	107.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstração de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2015	2014
Outras receitas	13	11.907	120
Despesas administrativas	14	<u>(6.120)</u>	<u>(1.244)</u>
Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos		5.787	(1.124)
Receitas financeiras	15	1.103	33
Despesas Financeiras	15	<u>(6.655)</u>	<u>-</u>
		(5.552)	33
Resultado antes dos impostos		235	(1.091)
IRPJ e CSLL corrente	11	(40)	-
IRPJ e CSLL diferidos	11	<u>528</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>723</u>	<u>(1.091)</u>
Quantidade de ações		151.490	113.580
Lucro (prejuízo) por ação R\$		4,77	(9,61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	723	(1.091)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	723	(1.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.412	(461)	18.951
Aumento de capital	34.000	-	34.000
Resultado do exercício	-	(1.091)	(1.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	53.412	(1.552)	51.860
Aumento de capital	19.000	-	19.000
Resultado do exercício	-	723	723
Saldo em 31 de dezembro de 2015	72.412	(829)	71.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	723	(1.091)
Ajustes para:		
Depreciação	16	14
Juros provisionados e não pagos	575	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	40	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(528)	-
	<u>826</u>	<u>(1.077)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de contas a receber	(947)	(125)
Aumento de estoques e outros ativos	(1.694)	(74)
Aumento dos fornecedores a pagar e outros passivos	1.852	1.088
	<u>37</u>	<u>(188)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(7.326)</u>	<u>(83.599)</u>
	<u>(7.326)</u>	<u>(83.599)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	19.000	34.000
Captação por Debêntures	10.300	-
Recursos provenientes de novos financiamentos	35.868	60.964
Pagamento de financiamentos	<u>(53.375)</u>	<u>(14.062)</u>
	<u>11.793</u>	<u>80.902</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.505</u>	<u>(2.885)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.518	7.403
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>9.023</u>	<u>4.518</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.505</u>	<u>(2.885)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a central geradora eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da central geradora eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A EOL Malhadinha I, propriedade da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A., vendeu 12 MW no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL

A Servtec Investimentos e Participações Ltda. (“Servtec”) e a Rio Bravo Energia I Fundo de Investimento em Participações (“FIP Energia I”), por meio da Brave Winds Geradora II S.A., são os acionistas (“Acionistas”) da BVS, com 50,00% cada.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de Apto para Operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão. Foi publicado em 09 de fevereiro de 2015 no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

a. Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da Respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012

Em 12 de setembro de 2013, a Companhia protocolou na ANEEL Pedido de Alteração de Outorga devido à alteração no fornecedor do aerogerador.

Em 06 de maio de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa No. 4.652 autorizando a alteração das características técnicas do projeto.

b. Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final do contrato
EOL Malhadinha I	111,8	98,95	01/07/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

O contrato de venda de energia prevê a composição dos rendimentos em receita fixa mensal, receita variável e receita antecipada, conforme comentado na nota 5.

Em 26 de julho de 2013, a Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. enviou à ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica pedido de postergação do início de Operação Comercial em virtude de ações atribuíveis a terceiros, tais como atrasos na emissão da Licença Ambiental, na obtenção do REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura e na assinatura do Contrato de Energia de Reserva (CER).

Em 03 de junho de 2014, a ANEEL emitiu o despacho 1.732 indeferindo o pedido da Companhia de alteração do cronograma de implantação da CGE - EOL Malhadinha I. Em 11/06/2015, a Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. interpôs recurso administrativo a ser encaminhado à ANEEL e em 17/08/2015, a ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará encaminhou o processo para deliberação da ANEEL, o qual até o momento não obtivemos retorno.

c. Custo de implantação

O custo total do projeto está previsto em R\$ 128,9 mil, e os recursos necessários para a conclusão do empreendimento estão previstos para serem originados das seguintes fontes:

Origem	Valor (mil)	%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	39,8	30,88%
Recursos próprios	77,3	59,97%
Debêntures incentivadas	10,3	7,99%
Receita financeira	1,5	1,16%
	128,9	100%

Os recursos de origem do BNDES - FINEM representam R\$ 39,8 milhões, sendo liberados em agosto de 2015 o montante de R\$35,8 milhões e o saldo residual está previsto para liberação no mês de maio de 2016.

Em 20 de março de 2012, o projeto foi enquadrado para análise da viabilidade do apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade *Project Finance*. Entretanto, devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores e da consequente alteração na modalidade de contratação de *full EPC* para contratação de fornecimento dos aerogeradores e BOP civil e eletromecânico, foi necessária a solicitação de novo enquadramento.

Em 7 de janeiro de 2014, o BNDES enquadrado novamente o projeto já considerando os contratos vigentes para implantação do parque eólico.

d. Outros aspectos relevantes

REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

Com relação aos tributos de competência federal, o Projeto está enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando suas aquisições de bens do ativo e contratações de serviços do PIS-Importação e da COFINS-Importação, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao Projeto.

Enquadramento do projeto como prioritário

Em 5 de dezembro de 2013, foi publicado no DOU a Portaria nº 425 emitida pelo MME - Ministério de Minas e Energia aprovando como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha 1, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Regime Especial de Tributação

Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 03 de dezembro de 2014 reconhecendo a opção da Companhia pelo Regime Especial de Tributação relativamente à contribuição para o Pis/Pasep e para a Cofins.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque.

A emissão da Licença de Instalação (“LI”) do Parque foi emitida em 24 de outubro de 2013. Em 22 de agosto de 2013, foi emitida a Licença de Instalação nº 167/2013 da Linha de Transmissão do parque com validade até 21 de agosto de 2016.

Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (“SEMACE”), emitiu as Licenças de Operação do Parque (no. 314/2014) e da Linha de transmissão (no. 310/2014).

SIGET ANEEL

De acordo com a CHESF, a Operação Comercial (energização) da SE IBIAPINA II-CHESF foi postergada de **13/08/2013** para **30/06/2016** devido ao atraso no licenciamento ambiental, fundiário e a greve no judiciário federal concluído em novembro de 2015.

e. Administração e governança

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato até a Reunião de Conselho que delibere sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado por outra forma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Quando existentes, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Quando existentes, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(v) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando aplicável.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os itens referentes a imobilizado em construção e/ou em andamento que ainda não constam em operação foram registrados como ativo.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação utilizadas pela companhia estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09 e serão aplicadas a partir do momento que a planta estiver efetivamente energizada e pronta para operar. A expectativa para esta ação é para julho de 2016.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, os quais são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

e. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem juros ativos sobre aplicações em certificado de depósitos bancários. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e comissão de fiança. As despesas e as receitas que são atribuíveis a um ativo qualificável são apropriadas ao próprio ativo.

f. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais até o limite de 30% (trinta por cento) do lucro operacional do período.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

g. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*** - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)** - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014: várias normas;
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Bancos - conta movimento	3	10
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	9.020	4.508
	9.023	4.518

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em Reais, com remuneração fixada 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

5 Contas a receber

	2015	2014
Receita - CCEE (i)	1.072	6.169
Ressarcimento a pagar - CCEE (ii)	-	(6.044)
Valor líquido a receber	1.072	125

- (i) A Companhia tem direito a recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada conforme descrito na nota 1.b. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado a emissão do Despacho de Apto para operar pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica ocorrida em dezembro de 2014. O montante retido do ressarcimento refere-se à penalização da receita fixa durante o período de atraso no suprimento de julho/14 a dezembro/14.
- (ii) O ressarcimento a pagar - CCEE representa o valor a pagar por conta de desvios negativos de geração (nos casos em que o saldo acumulado da CONTA DE ENERGIA extrapolar o limite da FAIXA DA TOLERÂNCIA), ao final de cada ano contratual. O ressarcimento deverá ser feito mediante compensação ou pagamento em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, devendo os recursos financeiros advindos desse ressarcimento serem destinados à CONER.

Considerando a cláusula 5.6 do Contrato de Energia de Reserva que prevê que as partes promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos de forma conjunta, incluindo receita de venda e ressarcimento a pagar e que a Companhia dispõe de um direito legalmente executável para liquidar o montante líquido, bem como a intenção de fazê-lo, e apresenta em seus fluxos de caixa futuro um único montante líquido a receber, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras apenas a receita já compensada com as obrigações desse contrato, como outras receitas.

6 Despesas antecipadas

Refere-se a fianças bancárias referente aos empréstimos junto ao BNDES e financiamento através de emissão de debêntures, apresentado na Nota Explicativa nº 9.

Além das fianças bancárias também há seguros referente a: responsabilidade civil, riscos relacionados ao cumprimento de obrigações por parte de fornecedores, riscos de engenharia e seguro de vida em grupo que são apropriados no resultado de acordo com o período de vigência e competência. Segue abaixo composição:

	2015	2014
Seguros à apropriar	25	-
Fianças à apropriar	1.669	-
Tota das despesas antecipadas à apropriar	1.694	-

7 Outras contas a receber

O valor de R\$ 1.906 (R\$ 1.906 em 2013), registrado no ativo não circulante, refere-se a adiantamento realizado a fornecedor, cujo contrato foi rescindido, e a recuperabilidade do valor vem sendo discutida pela Administração da Companhia. Neste contexto, uma provisão para perdas não foi constituída, uma vez que a negativa da Seguradora para indenização do adiantamento, segundo a Administração da Companhia, não está em consonância com os termos do contrato do seguro e/ou com as regras dessa espécie contratual inseridas no Código Civil. Dessa forma, a Administração, com base em opinião de especialista do setor securitário e apoiada em parecer de seus consultores jurídicos, considera provável o recebimento da mencionada quantia em procedimento judicial, caso as tratativas em curso para solução amigável não prosperem. Mais detalhes sobre a exposição dos riscos estão divulgados na Nota Explicativa nº 17.

8 Ativo imobilizado

Em 2013, a Companhia iniciou a construção da Central Geradora Eólica - EOL Malhadinha I, localizada no município de Ibiapina, Estado do Ceará, e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 107.606 (Em 2014 foram de R\$ 100.294). Incluídos neste valor estão capitalizados os custos de financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2014, durante a fase de construção. A Companhia capitalizou os custos de financiamentos como parte do custo de ativo qualificável na data de início, sendo esta a data em que a Companhia satisfaz às seguintes condições:

- (a) Incorreu em gastos com o ativo;
- (b) Incorreu em custos de financiamentos; e
- (c) Iniciou as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso pretendido.

Os custos de financiamentos foram atribuíveis diretamente à aquisição e, à construção do ativo qualificável. O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013	Adição/ reclassificação	2014	Adição/ reclassificação	2015
Máquinas e equipamentos	4	-	4	16	20
Equipamentos e processamentos de dados	11	7	18	1	19
Moveis e utensílios	21	-	21	12	33
Benfeitoria em imóveis de terceiros	31	2	33	-	33
Torres anemométricas	131	-	131	-	131
Direito de uso de software	-	1	1	1	2
Imobilizado em operação	198	10	208	30	238
Construção em andamento	3.009	17.750	20.759	849	21.608
Adiantamento para inversões fixas	10.484	(8.335)	2.149	979	3.128
Linha de Transmissão	-	1.178	1.178	52	1.230
Subestação em andamento	-	1.722	1.722	237	1.959
Equipamento em andamento	-	62.848	62.848	1.193	64.041
Montagem eletromecânica em andamento	-	3.022	3.022	900	3.922
Filtros Harmônicos	-	-	-	1.589	1.589
Custos na fase de implantação	2.473	5.956	8.429	1.499	9.928
Imobilizado em andamento	15.966	84.141	100.107	7.298	107.405
Depreciação dos bens em operação	(7)	(14)	(21)	(16)	(37)
Depreciação Acumulada	(7)	(14)	(21)	(16)	(37)
Total	16.157	84.137	100.294	7.312	107.606

A Companhia cedeu como garantia aos financiamentos, máquinas e equipamentos relativo do projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9.

9 Financiamentos

A Companhia possui financiamento junto BNDES com o fim de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento pode ser apresentado em 31 de dezembro de 2015:

Posição em 31/12/2015

Operação	Indexador	Juros (a.a.)	Contratação	Vencimento	Valor Principal	Saldo Devedor
BNDES						
Subcrédito A	TJLP	2,65%a.a	30/06/2015	31/07/2031	11.407	11.364
Subcrédito B	TJLP	2,65%a.a	30/06/2015	31/07/2031	24.369	24.277
Debêntures	IPCA	9,43%	15/06/2015	15/12/2026	10.300	10.773
Total						46.414
Circulante						4.007
Não circulante						42.407

Posição em 31/12/2014

Operação	Indexador	Juros (a.a.)	Contratação	Vencimento	Valor Principal	Saldo Devedor
CCB - Indusval	CDI	3,04%	21/10/2013	23/01/2015	6.000	6.174
CCB - Indusval	CDI	3,04%	31/03/2014	23/01/2015	13.000	13.477
BNDES	TJLP	2,40%	29/07/2014	15/08/2015	33.000	34.030
Custo Captação (-)	-	-	-	-	-	(637)
Total	-	-	-	-	R\$ 52.000	R\$ 53.045

- (1) Em janeiro de 2015 a data de vencimento desse contrato foi renegociada para 23 de julho de 2015 com uma nova taxa de juros de 3,66% a.a. A quitação desta CCB ocorreu em 30/07/2015.
- (2) Refere-se a custo da transação para captação do recurso junto ao BNDES que será apropriado ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Em 31/12/2014 como garantia dos empréstimos do Indusval, o sócio Servtec Investimentos e Participações Ltda. ofereceu fiança no valor de 50% da dívida, e o acionista Brave Winds Geradora II S.A. e a Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações assinaram um *Equity Support Agreement (ESA)*, a fim de garantir os outros 50% da dívida.

As obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura de Emissão de Debêntures foram garantidas por fianças bancárias:

- Carta Fiança 09050619824/000/0001- Escritura de Emissão de Debêntures
Emitida em 08 de julho de 2015 pelo HSBC Bank Brasil S.A. válida até 08 de julho de 2017.
- Carta Fiança 09050619824/003 - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1
Emitida em 27 de julho de 2015 pelo HSBC Bank do Brasil S.A válida até 27 de julho de 2017.

Para 31/12/2015 as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debentures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.
- A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva n. 159/11 (CER). A Companhia, deu em penhor:
 - (i) os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria n. 228, de 13 de abril de 2012;
 - (ii) máquinas e equipamentos relativo do projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de financiamento;
 - (iii) os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 05 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e WEG Equipamentos Elétricos S.A.; do instrumento particular de arrendamento, assunção de obrigações e outros pactos, de 19 de setembro de 2008 e seus aditamentos, celebrado entre a Companhia, a Poloriza-Polar Agropecuária e Imobiliária S.A. e a interveniente SERVTEC; de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

As obrigações decorrentes do contrato com o BNDES foram garantidas por fiança bancária válida até julho de 2017.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,00 (um inteiro), no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas podem culminar em vencimento antecipado das parcelas. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia cumpriu todas as exigências relacionadas a estas cláusulas restritivas.

Para maiores informações sobre o gerenciamento de riscos, vide nota explicativa nº17.

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía causas cíveis, tributárias ou trabalhistas, que deveriam ser provisionadas, bem como causas cujo prognóstico de perda fosse considerável possível e que deveriam ser divulgadas.

11 Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía bases de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 1.482 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 1.552). Como a Companhia iniciou apuração em 2015, auferindo lucro e perspectivas de lucros nos anos subsequentes foi constituído crédito tributário diferido no ano de 2015 no valor de R\$528 sobre os prejuízos acumulados até 31/12/2015 e foi apurado o montante corrente de imposto de renda e contribuição social de R\$40 (Em 2014 R\$ 0). As taxas nominais de imposto de renda e contribuição social combinadas correspondem a 34% e a taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015 foi de 17%.

12 Patrimônio líquido

Capital Social

O Capital Social da Companhia é composto por 151.490 ações que correspondem a R\$ 72.412 (113.580 ações em 2014 que correspondem a R\$ 53.412). Em 2015, ocorreu aumento de capital com emissões de ações ordinárias que podem ser assim apresentadas:

Emissões de ações em 2015

Data da Ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
25/03/2015	20.826	11.000
29/05/2015	7.464	3.500
07/07/2015	9.620	4.500
Total	37.910	19.000

Emissões de ações em 2014

Data da Ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
20/06/2014	8.582	4.000
06/10/2014	65.372	30.000
Total	113.580	34.000

Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A propriedade das ações comprovar-se-á pelo registro na conta de depósito das ações da Companhia, aberta em nome dos acionistas nos livros de instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e designada pelos acionistas.

Qualquer transferência das ações será feita nos termos de eventual Acordo de Acionistas, mediante lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações de alienante e a crédito da conta de ações do adquirente de tais ações. A venda, a oneração ou a alienação por qualquer forma de ações, direitos de preferência à subscrição de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações vinculam-se e estão sujeitas aos termos e às condições previstos na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas.

Política de dividendos e reservas

Do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:

- (i) Haverá destinação para a constituição de reserva legal prevista na legislação aplicável.
- (ii) Do lucro remanescente, após as deduções e destinações do item (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.
- (iii) Ao saldo ainda remanescente será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração poderá propor para ratificação em Assembleia Geral o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente, que será considerado para todos os fins no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2015 o lucro do exercício de R\$ 723 foi integralmente destinados para absorção dos prejuízos acumulados e, assim, não houve saldo remanescente para destinação a reservas e dividendos.

13 Outras receitas

	2015	2014
Outras receitas	12.358	125
Outras despesas	<u>(451)</u>	<u>(5)</u>
Outras receitas, líquido	<u>11.907</u>	<u>120</u>

O montante a receber é referente à receita fixa mensal do Contrato de Venda de Energia de Reserva conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.b e 5.

14 Despesas administrativas

As despesas administrativas são assim apresentadas:

	2015	2014
Despesas regulatórias	1.625	-
Despesas administrativas	1.261	69
Despesa com manutenção	1.197	-
Despesas com pessoal	734	720
Despesa com serviços de terceiros	706	272
Despesa sócio ambiental	247	-
Despesa com infraestrutura	206	62
Despesas de viagem	71	54
Despesa com publicações	46	33
Despesas com Depreciação	16	14
Despesas com associação de classe	<u>12</u>	<u>21</u>
Total	<u>6.120</u>	<u>1.244</u>

15 Resultado financeiro líquido

As despesas e receitas financeiras são assim sumarizadas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de aplicações financeiras	1.099	27
Variação monetária ativa	<u>4</u>	<u>6</u>
Receita financeira	1.103	33
Juros sobre empréstimos	4.712	-
Fianças bancárias	1.740	-
Juros passivos	77	-
Comissões	75	-
Custo CETIP	13	-
IOF	36	-
Tarifas bancárias	1	-
Multas por atraso de pagamento	<u>1</u>	<u>-</u>
Despesas Financeiras	<u>6.655</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(5.552)</u>	<u>33</u>

Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia capitalizou as despesas financeiras no imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. No exercício de 2015, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, devido a Companhia ter obtido a liberação como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014, a capitalização das despesas financeiras cessaram e passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício, conforme previsto no CPC 20.

16 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração em 2015 foi de R\$496 (R\$ 618 em 2014).

b. Outras transações com partes relacionadas

	2015	2014
<i>Ativo imobilizado</i>		
Servtec Desenvolvimento Ltda. (i)	385	689
<i>Despesas administrativas</i>		
Rio Bravo Investimentos Ltda. (ii)	-	5
Rio Bravo Project Finance Asses. Emp. Ltda. (ii)	<u>133</u>	<u>2</u>
Total	<u>518</u>	<u>696</u>

Todas as transações com partes relacionadas são precificadas com base em condições acordadas entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano em curso ou ano anterior para dívidas incobráveis ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

- (i) Os valores pagos à Servtec Desenvolvimento Ltda. referem-se a serviços de Engenharia do Proprietário prestados por parte relacionada a Companhia e registrados em contra partida ao ativo imobilizado.
- (ii) Os valores pagos à Rio Bravo Investimentos Ltda. e Rio Bravo Project Finance referem-se ao reembolso de despesas e foram contabilizadas no resultado como despesas administrativas.

17 Gerenciamento dos riscos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo o nível de hierarquia de valor justo.

	Valores 2015		Valores 2014		Nível hierarquia
	Contábil	Justo	Contábil	Justo	
Ativos					
Bancos e aplicações	9.023	9.023	4.518	7.403	2
Clientes	1.072	1.072	125	125	2
Estoques	48	48	48	48	N/A
Outras contas a receber	1.906	1.906	1.906	1.906	2
Outros ativos	1.824	1.824	128	104	2
Passivos					
Empréstimos	35.641	35.641	53.045	6.143	2
Debêntures	10.773	10.773	-	-	2
Fornecedores e outras contas a pagar	3.108	3.108	999	423	2

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) *Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações*

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras a curto prazo (*)	31/12/2015	31/12/2014
AAA (bra)	9.023	4.518

(*) Conforme classificação de *rating* pela agência de risco Fitch Rating.

(ii) *Outras contas a receber*

A Companhia possui saldo a receber descrito na Nota Explicativa nº7 referente a um adiantamento a fornecedor assegurado por garantia securitária. Esse contrato foi rescindido, segundo a Administração, devido ao descumprimento contratual do fornecedor. Após a rescisão contratual, a Administração requereu a garantia, na qual a seguradora recusou a pagar a indenização. A Companhia encontra-se em fase de cobrança amigável com perspectivas positivas de acordo com consultores jurídicos e securitários.

	31/12/2015	31/12/2014
Outras contas a receber	1.906	1.906

Risco de liquidez

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>A vencer em até 1 ano</u>		<u>A vencer acima de 1 ano</u>		<u>Totais</u>	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos	4.007	53.045	31.634	53.045	35.641	53.045
Debêntures			10.773		10.773	
Fornecedores e outras obrigações	2.960	2.116	1.050	2.116	4.010	2.116
Totais	6.967	55.161	43.457	55.161	50.424	55.161

Risco de mercado

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

18 Eventos subsequentes

Os contratos de cessão fiduciária e direitos creditórios, contratos de garantias de direitos emergentes, contrato de penhor de máquinas, contrato de compartilhamentos de garantias, contrato de penhor de ações da beneficiária e da sócia Brave Winds, já foram assinados pela BVSI em março de 2016 e estão em fase final de assinatura por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A consolidação deste processo está vinculada ao Contrato de Abertura de crédito n. 15.2.0287.1 com o BNDES e, consequentemente, a liberação da última parcela do financiamento no valor estimado de R\$ 3,5 milhões. O evento de liberação da segunda parcela do crédito previsto do Contrato de Abertura de Crédito Nº 15.2.0287.1 com BNDES tem como condição precedente a formalização do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, o qual está previsto para abril de 2016.

* * *

Diretoria

Sidney Tescari Medeiros

Paulo Granziera

Conselho de Administração

Pedro Cunha Fiuza

Nelson Magalhães Graça

Silvio Torquato Junqueira Filho

Cid Alvim Lopes de Resende

Charles Laganá Putz

Guilherme Scotto Sassi

Contadora

Gizele Martins Ramos
CRC SP MG 066.291/O-6